

ACESSO à UNIVERSIDADE: reflexão sobre problemas atuais

Heraldo Marelim Vianna *

Os concursos vestibulares unificados, surgidos em meados da década de 60 e consolidados nos anos 70, visaram a criar condições que atenuassem as tensões existentes àquela época e que perturbavam a vida acadêmica, com reflexos no campo social e político. A universidade, em que pesem os esforços para dar ao ensino de segundo grau o caráter de terminalidade, ainda é a grande aspiração da maioria dos estudantes, que nela busca concretizar ambições profissionais e criar condições que possibilitem a ascensão social.

A situação hoje, no início da década de 80, não difere, sensivelmente, da que ocorria há vinte anos; ao contrário, os problemas agravaram-se e as soluções que vêm sendo propostas, longe de constituírem fator de tranquilidade, estão contribuindo para inquietar, ainda mais, a comunidade acadêmica, sobretudo na sua parte mais sensível — o corpo discente —, que já começa a demonstrar impaciência em face das contradições existentes no campo educacional.

(*) da Fundação Carlos Chagas

O acesso à universidade foi relativamente tranqüilo na década de 70. Houve, é verdade, discussões sobre a natureza e os tipos de instrumentos utilizados no processo de seleção, que, entretanto, tiveram um significado positivo, porque destacaram a complexidade do problema do acesso à universidade e mostraram a sua posição na problemática geral da educação brasileira.

Um país cuja população cresce a taxas elevadas e que não dispõe de meios para atenuar os malefícios daí decorrentes, pelo menos a curto prazo, como é o caso do Brasil, vê-se obrigado a enfrentar, conseqüentemente, problemas que afetam a sua estrutura e repercutem em suas diferentes dimensões sociais. O problema do acesso à universidade, nesse contexto, é, digamos, micrométrico, porque integra um subsistema que sofre o impacto de problemas maiores que afetam o sistema na sua globalidade. As possíveis soluções para a chamada crise educacional deverão abarcar, conseqüentemente, todo o campo da educação e não apenas alguns de seus aspectos setoriais, nem sempre dos mais significativos.

Seria utópico supor que uma possível alteração do mecanismo de ingresso à universidade solucionasse os problemas educacionais; entretanto, é prudente ressaltar que determinadas modificações, longe de constituírem uma solução para os problemas ligados ao ingresso no ensino de terceiro grau, estão convulsionando o processo de seleção e despertando forças que, possivelmente, num futuro não muito distante, não poderão ser adequadamente controladas. Assim, seria recomendável que, antes da introdução de novas modificações, fossem consideradas as possíveis implicações daí decorrentes e suas repercussões.

Os concursos vestibulares unificados foram uma das idéias mais férteis surgidas no contexto educacional nos últimos dez anos; entretanto, analisando-a em função do quadro atual, verifica-se que essa idéia promissora se modificou, sendo hoje uma pálida representação do que fora pretendido. Inicialmente, o sistema procurou criar condições para que o acesso à universidade não fosse perturbado por fatores negativos. Utilizando-se um conjunto único de exames, comum a todas as áreas de conhecimento e de formação profissional, verificava-se a formação escolar básica e identificavam-se as melhores potencialidades, evitando-se, assim, a realização de múltiplos concursos vestibulares, que exigiam dos candidatos exaustivas peregrinações entre diferentes

pontos de uma mesma cidade, às vezes entre diversas cidades de um Estado ou, então, entre vários Estados, o que não era raro de acontecer.

O vestibular unificado, no momento presente, mantém, apenas, as suas características externas, limitando-se à aplicação das mesmas provas para todos os candidatos, independentemente de suas opções profissionais. A possibilidade de o candidato concorrer a diferentes instituições, realizando apenas um único exame, praticamente desapareceu, porque o sistema de opções passou a ser limitado e, em muitos casos, foi bloqueado a apenas uma única instituição, não sendo raros os exemplos mais limitativos, em que o candidato concorre a apenas uma faculdade ou, o que é pior, a um único curso de uma única instituição numa única cidade. A consequência desse quadro é que, atualmente, se observa uma volta ao passado: — inscrição do mesmo candidato em concursos isolados, realizados em diferentes locais e em momentos diversos.

A alteração do exame, que se imaginou unificado no passado, não se limita apenas ao sistema de opções, afeta, sobretudo, a própria filosofia e estrutura do exame, que, inicialmente, partia do pressuposto de que se deveria evitar especialização de conhecimentos numa fase ainda prematura da evolução intelectual do estudante. Os exames vestibulares, segundo esta perspectiva, deveriam dar a mesma ênfase a todas as áreas curriculares, evitando-se, assim, que o estudante decidisse sobre o que não estudar. Volta-se, agora, ao clássico esquema de há vinte anos: os aspirantes a engenheiros concentram-se nas matemáticas; os futuros médicos, na biologia, e os que pretendem as humanidades, que se dediquem às línguas. Assim, a mudança na ótica de um aspecto do sistema alterou, na verdade, toda uma filosofia e determinou modificações radicais na metodologia da seleção, com profundas repercussões na própria estrutura do ensino, que ora começa a se preocupar com a formação de precoces especialistas.

O sistema de acesso à universidade vinha sendo operado nos últimos anos com relativa homogeneidade em todo o país e, em geral, a sua aplicação transcorria sem maiores surpresas. Aos poucos, entretanto, surgiram novos modelos de seleção, que contribuíram para a configuração de um quadro confuso e tumultuado, graças ao reaparecimento

de variáveis perturbadoras decorrentes das modificações que estão sendo introduzidas.

A principal dessas modificações foi a introdução, em caráter compulsório, da prova de redação. Sem entrar no mérito da polêmica, seria conveniente lembrar José Carlos Azevedo, Reitor da Universidade de Brasília, em recente artigo: "Para os simplórios, basta acabar as cruzinhas no vestibular para resolver tudo; mas é sabido que usando só cruzinhas pode-se elaborar exames tão sofisticados quanto se desejem". (Crime de Mau Olhado, in Folha de São Paulo, 15/02/80). Antes, o modismo era o teste; agora, a redação, as questões misteriosamente denominadas de analítico-expositivas. As questões de resposta aberta passaram a ser matéria de salvação nacional, constituindo-se, também, num novo modismo, que teria a responsabilidade de restaurar a grandeza do nosso ensino, cuja decadência decorreria da introdução dos mal-sinados testes objetivos, segundo alguns.

Os problemas com a introdução da redação nos concursos vestibulares já começam a se manifestar. A crença na equidade dos julgamentos não é pacífica, tendo em vista a influência da equação pessoal dos julgadores nas avaliações. A massa de estudantes está perfeitamente consciente de que a igualdade de condições que era oferecida a todos os candidatos não mais existe, porque se alteraram, negativamente, as condições que então prevaleciam. Essa desconfiança traduz-se, atualmente, de diferentes modos, inclusive recursos à Justiça, o que concorre para o descrédito de um processo que deve permanecer acima de qualquer suspeita.

A utilização de um grande número de avaliadores, no contexto do concurso vestibular, por exigência de alterações recentemente introduzidas, aumenta a fragilidade do processo de seleção, que passa a depender de numerosas pessoas, com motivações diversas. O concurso vestibular, para colocar o problema em termos explícitos, está sendo utilizado como instrumento de pressão visando a obter o atendimento de diferentes aspirações. Assim, hoje, graças a algumas modificações introduzidas, o vestibular passou a revestir-se de uma grande fragilidade, o que representa enorme risco para todo o processo, porque sujeito a problemas humanos, estranhos ao trabalho de seleção.

Os resultados da pesquisa educacional, em princípio, deveriam ser utilizados por aqueles que, na área da educação, são responsáveis pela tomada de decisões; contudo, apesar de múltiplos esforços, a pesquisa educacional pouca ou nenhuma influência realmente exerce, ficando os seus resultados restritos ao domínio de uma pequena comunidade — pesquisadores e professores —, que não participa, efetivamente, do processo decisório.

A introdução da redação no processo de seleção para a Universidade, ao que tudo indica, salvo melhor juízo, não foi precedida da consideração das inúmeras contribuições da literatura especializada e nem se levaram em conta outras experiências. O assunto foi objeto de um longo ensaio — Redação e medida da expressão escrita (1976) — em que se procurou fazer uma revisão da literatura referente à fidedignidade e à validade de provas de redação utilizadas como instrumento da medida da capacidade de expressão escrita. Observou-se que, em nosso contexto educacional, a redação é pouco explorada como objeto de pesquisas empíricas, apesar de empregada há quase 70 anos no contexto dos concursos vestibulares; desse modo, foram consideradas as principais contribuições da literatura estrangeira. O levantamento realizado, sem pretender ser exaustivo, mostrou a saciedade, que a redação, especialmente em contextos diferentes do de sala-de-aula, apresenta uma problemática complexa, de difícil superação, em que pesem os mecanismos de controle, como, por exemplo, a fixação de critérios para uma avaliação supostamente objetiva.

Pesquisa realizada na Fundação Carlos Chagas, versando sobre a Aplicação de critérios de correção em prova de redação (1978), examina o problema do treinamento de professores para a correção de redações. A pesquisa baseou-se no trabalho de correção de 2.738 redações por 48 professores especialmente treinados para este fim. Os elementos coletados nessa pesquisa permitiram concluir que:

1º — a aplicação de um critério de correção de redação pela própria equipe que o definiu não representa garantia de que haverá uniformidade nos resultados quantitativos;

2º — ao corrigirem uma única prova, diferentes examinadores tendem a variações consideráveis nas notas, ainda que concordem quanto à posição dessa prova em relação às demais;

3º - a variabilidade dos professores em relação a uma única prova é tão grande, mesmo supostamente usando um único critério, que a aprovação ou reprovação do estudante fica sujeita aos azares da sorte;

4º - a utilização de um número considerável de examinadores, para fins de correção de redações, no contexto do vestibular, exige treinamento específico do pessoal docente, o que, todavia, não garante correção isenta de idiosincrasias individuais; e

5º - apesar da elaboração cuidadosa de um critério, da seleção de avaliadores entre profissionais altamente capacitados e da preocupação em estabelecer, por meio de treinamentos, normas de procedimento uniforme, as diferenças entre as médias dos avaliadores são estatisticamente significantes, inferindo-se, portanto, que os 48 professores participantes dessa experiência de avaliação utilizaram critérios - possivelmente, 48 critérios - diferentes daquele que foi apresentado, debatido e supostamente aceito por eles, na fase preliminar de treinamento.

Outro experimento, também realizado sob o patrocínio da Fundação Carlos Chagas, sobre Dupla correção em Provas de Redação (1977), possibilitou extrair algumas conclusões que merecem reflexão. Assim, por meio dessa pesquisa, entre outros aspectos, concluiu-se que:

1º - um maior número de julgadores concorre, em princípio, para aumentar a fidedignidade das notas de provas de redação, ainda que, isoladamente, essas notas possam apresentar discrepâncias entre seus valores;

2º - a consistência das notas de duas avaliações do mesmo trabalho, seja por dois julgadores diferentes, seja por um único julgador, em momentos sucessivos, nunca é total, pois ocorrem discrepâncias consideráveis, que comprometem a confiabilidade dos resultados;

3º - as discrepâncias de julgamento adquirem uma dimensão crítica no caso de avaliações externas, para fins de seleção, sobretudo quando os resultados dessas avaliações têm repercussões várias, inclusive de natureza social.

A adoção de testes objetivos, com questões de múltipla escolha, não resultou de um ato gratuito e nem visou unicamente a facilitar o processo de correção num exame eminentemente de massa. A opção realizada procurou lastrear-se em dados empíricos; inicialmente, utilizando referências de outros contextos, e, posteriormente, com base em dados obtidos a partir da realidade brasileira. Assim, em 1975 quando ainda era incerta a introdução da redação no Concurso Vestibular, a Fundação Carlos Chagas procurou coletar dados experimentais que orientassem suas decisões. Realizou-se, assim, a pesquisa sobre Flutuações de julgamento em provas de Redação (1977). A insistência em pesquisar o assunto — fidedignidade — decorre do fato de que um dos problemas centrais das provas de redação consiste na flutuação dos julgamentos, mesmo quando realizados por professores capazes e experientes. Assim sendo, procurou-se verificar, basicamente, aspectos relativos à fidedignidade das notas, formulando-se, para esse fim, as seguintes hipóteses:

a) — os professores, ao corrigirem provas de redação, usam os mesmos critérios;

b) — os coeficientes de fidedignidade das notas das provas de redação podem ser considerados satisfatórios.

Utilizou-se, neste experimento, uma amostra de candidatos a Universidades de São Paulo, em janeiro de 1975. Os dados coletados e analisados permitiram concluir que:

1º — os sujeitos pesquisados não tiveram grande dificuldade no desenvolvimento do tema proposto para dissertação, podendo-se considerar a prova como de dificuldade média para o grupo;

2º — as notas finais das dissertações, representadas pela média da correção independente de quatro avaliadores, revelaram-se discriminativas, isto é, separaram diferentes níveis de desempenho;

3º — as notas atribuídas a cada uma das dissertações por quatro julgadores, apresentaram, em geral, grande amplitude de variação, possivelmente por falta de uniformidade na aplicação do critério de correção, não se confirmando, assim, a primeira hipótese estabelecida;

4º — a fidedignidade para um avaliador foi baixa e ficou demonstrado que o fator professor tem influência na distribuição das notas em provas de dissertação não se concretizando, desse modo, a segunda hipótese levantada, quando se trata de um único examinador;

5º — as fidedignidades das médias de dois e três julgadores não foram plenamente satisfatórias, sobretudo no caso de dois avaliadores.

A pesquisa sobre flutuação de julgamentos concluiu, finalmente, que seria recomendável que as notas de provas de redação resultassem da média de, no mínimo, três examinadores e, se possível, de quatro julgadores, a fim de que os resultados venham a merecer confiança e não fiquem sujeitos à influência da equação pessoal de cada examinador.

Além de pesquisas sobre fidedignidade de notas, procurou-se aprofundar, ainda mais, a análise da problemática da redação, promovendo-se, nesse sentido, a realização de duas outras pesquisas sobre validade das provas objetivas, supostamente construídas com base na hipótese de que mediriam, com pleno êxito, a capacidade de expressão escrita em Língua Portuguesa.

Utilizando-se amostra da população do vestibular de 1975, em São Paulo, procurou-se verificar a relação entre Medida da Expressão Escrita e Prova Objetiva (1976), ou seja, objetivou-se verificar o grau de concordância entre os escores obtidos numa prova objetiva de Língua Portuguesa e as notas coletadas dos mesmos sujeitos por intermédio de uma prova de dissertação, que, hipoteticamente, mediria a capacidade de expressão escrita.

A partir de uma definição operacional de validade, como sendo a correlação entre os escores brutos da prova objetiva e as notas de um critério, no caso específico, as notas de uma prova de dissertação, estabeleceram-se três outras definições:

1 — a de validade simples, definida como a correlação entre os escores brutos do teste e os escores brutos do critério (dissertação);

2 — a de validade verdadeira, definida como a correlação entre os escores brutos do teste e os escores "verdadeiros" do critério.

rio; e, finalmente,

3 - a de validade intrínseca ou relevância, definida como a correlação entre os escores "verdadeiros" do teste e os escores "verdadeiros" do critério.

Organizado o esquema experimental, aplicou-se uma prova de redação a uma amostra de vestibulandos que tinham feito uma prova objetiva de Língua Portuguesa construída especialmente para medir a capacidade de expressão escrita. As correlações variaram de 0,60 (validade simples), passando por 0,67 (validade verdadeira) e chegando a 0,74 (validade intrínseca).

Ora, um teste é considerado válido para medir tudo aquilo com que se correlaciona (critério); além do mais, o importante, no processo de validação, é que os coeficientes sejam estatisticamente significantes, o que realmente ocorreu em relação aos coeficientes ora referidos. A pesquisa mostrou que os coeficientes de validade refletiam a capacidade da prova objetiva, relativamente ao grupo amostral pesquisado, para a medida da capacidade de expressão escrita, conforme foi operacionalmente definida.

O problema da validade de provas objetivas de Língua Portuguesa não ficou limitado a aspectos psicométricos, ampliou-se e aprofundou-se. Assim, com base em elementos do vestibular de 1979, e no desempenho de, aproximadamente, 12.000 estudantes, fez-se a análise de uma prova objetiva de Comunicação e Expressão e, desse modo, foi possível desenvolver a pesquisa Validade de conteúdo de uma prova de Comunicação e Expressão - análise de alguns problemas (1979). Os resultados dessa pesquisa são um convite à reflexão e deveriam ser considerados no momento atual, quando se pretende modificar a estrutura básica do Concurso Vestibular.

A presente pesquisa, realizada conjuntamente por 5 professores, mostrou os seguintes aspectos:

1 - a validade curricular da prova objetiva em questão traduz-se por uma amostragem representativa de conhecimentos e capacidades desenvolvidos a nível de 2º grau;

2 - a prova não se limita a solicitar comportamentos simples e elementares; pelo contrário, procura exigir do examinando a demonstração de capacidades complexas como compreensão, aplicação, análise

e, ainda, a capacidade de chegar a inferências e julgamentos;

3 - o conjunto das questões apresenta-se equilibrado quanto ao nível de dificuldade e complexidade dos assuntos, que se ajustam, perfeitamente, ao nível de escolaridade do ensino médio;

4 - a dificuldade aparente de muitas questões resulta, conforme se depreende das matrizes de respostas, da falta de atenção às instruções;

5 - a matriz das respostas demonstra que, em muitos casos, haveria deficiência de leitura e falta de compreensão dos textos, o que levaria um número considerável de candidatos à escolha de opções obviamente errôneas;

6 - a dificuldade encontrada pelos candidatos, em campos específicos, como, por exemplo, Interpretação de Textos e Literatura Brasileira, em que as questões, na maioria dos casos, se revelam complexas, gera a hipótese de que não estaria havendo, nessas áreas, um ensino eficiente;

7 - o domínio do sistema gramatical da língua revela-se deficiente; pelo que deixam perceber as respostas apresentadas, a dificuldade de muitas questões não decorre, necessariamente, do comprometimento da validade de seu conteúdo, mas das deficiências de conhecimentos da gramática normativa por parte dos candidatos;

8 - a análise das respostas oferecidas às questões que envolvem conhecimentos de Literatura Brasileira denuncia evidente deficiência na aprendizagem dos candidatos que, por falta de formação, reagem negativamente às indagações mais simples, que exigem conhecimento factual, ou àquelas que, a partir de textos, exigem identificação e compreensão das características dos estilos de época;

9 - os índices de discriminação das diversas questões demonstram que, apesar da dificuldade revelada pelo grupo, os itens tiveram importante papel na identificação dos estudantes mais bem dotados; e, finalmente,

10 - a análise minuciosa de cada questão, nas suas duas dimensões - conhecimentos e habilidades exigidos -, permite concluir que as questões da prova possuem validade de conteúdo, ou seja, verificam

aspectos significativos do programa de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira a nível de 2º ciclo; e que, no conjunto, igualmente, a prova possui validade de conteúdo, pela dosagem equilibrada dos comportamentos exigidos, que traduzem uma amostra significativa do que seria lícito exigir de um candidato a estudos superiores.

A pesquisa efetuada com base em uma prova objetiva permitiu-nos, assim, caracterizar graves problemas, que não são específicos de uma única região, mas parecem estender-se a todo o contexto educacional brasileiro. Seria desejável, portanto, que inúmeras outras pesquisas, conforme é freqüentemente enfatizado, fossem realizadas; entretanto, a realidade é bem diferente daquilo que, platonicamente, costuma ser definido. Criou-se o mito da pesquisa, valorizou-se o pesquisador, construiu-se toda uma filosofia de reforma universitária baseada no binômio ensino e pesquisa; contudo, o destino da pesquisa em nosso contexto é, na maioria das vezes, incoerentemente deturpado pelos próprios responsáveis pela política educacional, porquanto seus resultados são desprezados e, freqüentemente, substituídos por uma visão idealista, para não dizer romântico-sonhadora, da realidade educacional, que passa a ter os seus problemas solucionados de forma escolástica, com o apoio em idéias não comprovadas empiricamente.

Educação é, sobretudo, bom senso e, no momento, o bom senso aconselharia que as modificações a serem introduzidas no processo de acesso à universidade fossem prudentemente examinadas à luz da razão e refletissem os dados de experiências passadas. Seria bom lembrar, neste momento, o que já dizia São Tertuliano: — nem sempre o que é novo é necessariamente bom. Não se pode desprezar a memória educacional, sob pena de repetição dos mesmos erros, com agravamento da situação. É melancólico reconhecer que, no momento, é na perspectiva do acesso à universidade, tudo vem concorrendo para a destruição do modelo vigente, sem que se saiba exatamente o que se deseja e qual o modelo a criar, como aperfeiçoamento daquele que ora se possui. Assim, destrói-se sem saber o que construir em substituição, para perplexidade de parte da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- SANCHEZ, A.M.T., CARONE, F.B.; VIANNA, H.M.; LAURITO, I.B.G.; MORAES, L.C.D. 1979. Validade de conteúdo de uma prova de Comunicação e Expressão — análise de alguns problemas. (mimeo). São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- VIANNA, H.M. 1976. Redação e medida da expressão escrita — algumas contribuições de pesquisa educacional. *Cadernos de Pesquisa*, nº16. São Paulo. Fundação Carlos Chagas.
- _____. 1976. Medida da Expressão Escrita e Prova Objetiva. (mimeo). São Paulo. Fundação Carlos Chagas.
- _____. 1977. Dupla correção em Provas de Redação. (mimeo). São Paulo. Fundação Carlos Chagas.
- _____. 1977. Flutuações de julgamento em Provas de Redação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 19. São Paulo. Fundação Carlos Chagas.
- _____. 1978. Aplicação de critérios de correção em Provas de Redação. *Cadernos de Pesquisa*, nº 26. São Paulo. Fundação Carlos Chagas.